

Editorial Fascículo 3/2021 – setembro/dezembro 2021

A produção do conhecimento científico é cercada de inúmeros desafios e emoções diversas. Seguimos em 2021, enfrentando ainda muitos desafios sanitários e vivenciando o trabalho remoto. Passamos a conhecer novas formas de investigação no campo acadêmico e observamos novas contribuições do campo para o desenvolvimento das organizações. Também, com o mesmo propósito de disseminar o conhecimento produzido, reunimos mais uma vez esforços de cada colaborador voluntário para organizar os fascículos deste periódico. Deixamos registrado aqui nosso agradecimento a cada autor, cada avaliador, cada editor associado, a Universidade de Brasília e todos os leitores.

Neste último fascículo de 2021 continuamos com o compromisso ético de apresentar ao leitor o resultado da seleção de artigos que compõe esse número do periódico. Apresentam-se aqui 11 artigos, destes, consideramos artigos de pesquisa, artigos originais, artigos de revisão, e um artigo internacional. Todos esses trabalhos estão distribuídos em 3 seções e alinhados ao grande tema: contabilidade, gestão e governança.

Na seção **Gestão e Contabilidade de Empresas Privadas e do Terceiro Setor**, o primeiro artigo da seção, tem um olhar para o setor financeiro no Brasil, analisando a qualidade dos lucros e a resiliência das instituições financeiras. O trabalho busca compreender em que medida os instrumentos regulatórios sintetizados, por meio do índice de basileia, têm sido robustos para que confirmem estabilidade ao referido setor. De um modo geral, os resultados desta pesquisa demonstram que, a qualidade informacional do índice de basileia não acompanha eventuais aumentos nas perdas estimadas nas carteiras de crédito analisadas.

Selecionamos um dos artigos desenvolvidos por meio da técnica de revisão sistemática, que busca a compreensão das relações entre contabilidade e inteligência. A partir da análise sistemática de 89 artigos, os autores demonstram que há uma predominância em quatro enfoques de pesquisa nessa área: a utilização de sistema de *Business Intelligence*; o



melhoramento de provisões contábeis; o monitoramento do ambiente para identificação de aspectos relevantes à vida financeira das organizações; e a automatização dos processos contábeis por meio de *Artificial Intelligence* e demais tecnologias. A partir desses enfoques, os autores apontam para a necessidade de as organizações realizarem maiores investimentos nos processos de inteligência no campo da contabilidade com vistas à melhoria em seus processos decisórios. Este artigo está organizado no título “*Relações entre contabilidade e inteligência: caminhos de pesquisa*”

O artigo “*Efeito do Ciclo de Vida na Relação entre Qualidade da Governança Corporativa e Custo da Dívida das Empresas Abertas no Brasil*” traz importantes reflexões acerca da governança corporativa e custo da dívida, utilizando-se do estágio de ciclo de vida como variável moderadora, cujos resultados são bem interessantes. Dentre eles, constatou-se que os instrumentos de governança corporativa contribuem de forma relevante na redução do custo de dívida em empresas cujo estágio de ciclo de vida foi classificado como em “turbulência” ou “declínio”. Tais resultados são especialmente importantes ao ratificarem que instrumentos de governança corporativa protegem os interesses dos investidores e agregam valor econômico às empresas, sobretudo, em momentos cujo ciclo de vida encontra-se desfavorável.

Complementando as contribuições desta primeira seção, os autores do artigo “*Proposta de Estrutura Conceitual para a Pesquisa em Governança Corporativa*” fazem uma aprofundada reflexão sobre uma estrutura conceitual em governança na perspectiva de melhoria de arranjos contratuais entre empresa e *stakeholders*.

Na busca de identificar mecanismos de monitoramento e mitigação de fraudes, o artigo “*Identificação de Ações Discricionárias do Gestor em Cooperativas de Crédito: Uma aplicação da Lei de Benford*” analisou dados de Cooperativas de Crédito no período de 2006 a 2017. Os resultados evidenciam que o uso da referida técnica em períodos longos não é adequada para identificação de possíveis ocorrências de fraudes. Contudo, ao ser utilizada em períodos anuais, mostrou-se eficiente na identificação de ações discricionárias do gestor ao analisar as contas – Receita Operacional, Despesa Operacional, Caixa e Perda Estimada para Clientes/Créditos de Liquidação Duvidosa. A partir desses resultados, os autores sugerem o uso da Lei de Benford na melhoria do processo de seleção de amostras de auditoria, bem como no



monitoramento das escolhas discricionárias do gestor com vistas a mitigação de gerenciamento de resultados ou fraude.

A seção de **Gestão e Contabilidade Pública** é inaugurada nessa edição por uma discussão quanto as “*Lógicas Institucionais na Mensuração e Gestão de Custos em Hospitais Acreditados*”. Por meio de *survey* os autores procuraram compreender “a influência das lógicas institucionais na adoção das práticas de mensuração e gestão de custos” e os resultados revelam os principais motivos que levam os hospitais componentes da amostra a realizarem a mensuração e gestão dos custos: questões profissionais; de mercado; burocráticas e comunidade.

Valendo-se do instrumento *Knowledge Development Process-Constructivist* o artigo “*Avaliação de Desempenho sob a Perspectiva da Justiça Organizacional: Revisão e Agenda de Pesquisa*” traz importantes contribuições acerca da temática de avaliação de desempenho sob a ótica da Justiça Organizacional. Dentre os achados, constata-se a “carência de investigações sobre as percepções de justiça interpessoal e informacional”, bem como uma lacuna acerca do desenvolvimento “modelos adaptados ao contexto, valores e preferências dos tomadores de decisão”.

Com o objetivo de analisar as normas e políticas de integridade e anticorrupção, o terceiro artigo dessa seção teve como objeto de pesquisa as controladorias gerais de estado e das capitais brasileiras. Em razão dos resultados apresentados, constata-se a incipiência quanto a institucionalização de uma agenda indutora na temática de integridade e anticorrupção de forma coordenada, de modo a contribuir para o avanço desse relevante tema no Brasil.

O artigo qualitativo “*Transparência e Accountability: Análise dos Indicadores de Gestão dos Institutos Federais de Educação*”, busca compreender a influência de indicadores que contribuem para a promoção da *accountability*. Os resultados apontam para diversos desafios que revelam o formalismo na existência e uso dos referidos indicadores, tais como: divulgação incipiente, ausência de metas para os indicadores, ausência do uso dos referidos indicadores como ferramenta de gestão. Destaca-se ainda o fato de que tais indicadores foram estabelecidos por meio de imposição regulatória, o que em certa forma explica os resultados da pesquisa, bem como o fato de que nenhuma IFE atendeu plenamente aos requisitos avaliados.



Já o último artigo dessa seção “*Avaliação da Governança da Educação Básica no Brasil*”, apresenta contribuições tanto no campo metodológico de avaliação da governança na educação básica, como evidencia como tem sido esse processo para garantir e promover a educação inclusiva, equitativa e de qualidade aos brasileiros. No campo metodológico, os autores validam instrumento de avaliação contendo 4 fatores principais de avaliação. Como principais resultados, o estudo apontou que o processo de governança da educação brasileira apresenta problemas, sendo os mais prejudiciais a assimetria de informação entre os atores educacionais e a ausência de um sistema nacional de avaliação da educação, ambos essenciais para o exercício da governança e, conseqüentemente, para o cumprimento das diretrizes quanto a promoção e garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Na **Seção Internacional**, contamos com as reflexões do artigo qualitativo “*Princípios do Código de Procedimento Administrativo e seus Contributos para a Accountability: o Caso Português*”. Os autores analisaram as contribuições advindas do Código de Procedimento Administrativo para o exercício da *accountability* e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Os resultados apontam que a institucionalização do mencionado diploma legal trouxe contribuições para a melhoria dos valores constitucionais e sua implementação à luz das dimensões de *accountability*. Esse resultado demonstra a aderência do referido dispositivo na busca de respostas da Administração Pública aos novos e complexos desafios e demandas da sociedade portuguesa.

Este fascículo, portanto, foi marcado pelo esforço de cada um dos pesquisadores em avançar na construção do conhecimento no nosso campo. Isso visto nas inúmeras submissões que recebemos. Trata de uma demonstração de recomeço em meio ao recomeço da vida, de nova forma de pensar o mundo. Que 2022 seja um novo tempo e de grandes realizações.

Boa leitura.

Os editores,

Rodrigo de Souza Gonçalves

Andrea de Oliveira Gonçalves

